

# Sumário

---

APRESENTAÇÃO .....	7
SOBRE OS AUTORES .....	9
<b>PARTE I</b> <b>INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL ECONÔMICO</b>	
<b>CAPÍTULO 1 – ORIGEM DO DIREITO PENAL ECONÔMICO .....</b>	<b>29</b>
LUCIANO ANDERSON DE SOUZA	
<b>1.1.</b> Considerações iniciais .....	29
<b>1.2.</b> Traçado histórico geral entre Direito Penal e economia.....	29
<b>1.2.1.</b> Primeira fase: casuísmo legislativo .....	30
<b>1.2.2.</b> Segunda fase: proteção ao liberalismo.....	31
<b>1.2.3.</b> Terceira fase: Estado do Bem-Estar Social.....	33
<b>1.2.4.</b> Quarta fase: redução do papel do Estado .....	35
<b>1.3.</b> Origens do Direito Penal Econômico brasileiro.....	38
<b>1.4.</b> Constituição de 1988 e crimes econômicos .....	41
<b>1.5.</b> Síntese conclusiva.....	44
<b>CAPÍTULO 2 – CONTEÚDO DO DIREITO PENAL ECONÔMICO.....</b>	<b>45</b>
LUCIANO ANDERSON DE SOUZA	
<b>2.1.</b> Considerações iniciais .....	45
<b>2.2.</b> O bem jurídico nos crimes econômicos.....	48
<b>2.3.</b> Os conceitos de ordem econômica e de Direito Penal Econômico.....	53
<b>2.4.</b> A confiança como elemento necessário para a reprodução e circulação da riqueza .....	57
<b>CAPÍTULO 3 – ESTÁGIO ATUAL DO DIREITO PENAL ECONÔMICO E ALTERNATIVAS JURÍ- DICAS.....</b>	<b>59</b>
LUCIANO ANDERSON DE SOUZA	
<b>3.1.</b> Considerações iniciais .....	59
<b>3.2.</b> Panorama do Direito Penal Econômico, em especial brasileiro: dificuldades .....	60
<b>3.2.1.</b> Problemas estruturais do Direito Penal Econômico .....	62
3.2.1.1.    Responsabilidade penal da pessoa jurídica .....	64

3.2.1.2.	<i>Criminal compliance</i> .....	65
3.2.1.3.	Colaboração premiada.....	68
3.2.2.	Problemas conjunturais do Direito Penal Econômico.....	68
3.2.2.1.	Crimes de perigo abstrato .....	69
3.2.2.2.	Tipos penais abertos .....	73
3.2.2.3.	Tipos penais de assessoriedade administrativa .....	75
3.2.2.4.	Normas penais em branco .....	76
3.2.2.5.	Tipos omissivos e culposos .....	77
3.2.2.6.	A incoerência do discurso legitimador dos fins da pena ..	79
3.2.3.	Síntese das problemáticas: deslegitimidade.....	81
3.3.	As alternativas jurídicas ao Direito Penal Econômico .....	82
3.3.1.	A “Escola de Frankfurt” .....	83
3.3.2.	O Direito de Intervenção .....	84
3.3.3.	O Direito Penal de duas velocidades .....	85
3.3.4.	Direito Administrativo Sancionador .....	87
	Referências bibliográficas.....	89

## PARTE II

### DIREITO PENAL ECONÔMICO EM ESPÉCIE

CAPÍTULO 4 – CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL .....	101
MARINA PINHÃO COELHO ARAÚJO	
4.1. Introdução.....	101
4.1.1. Uma lei sancionada com a promessa de ser substituída.....	101
4.2. Sistema financeiro e proteção penal .....	102
4.3. Conceito de instituição financeira. Artigo 1º .....	103
4.4. Responsabilidade nos crimes contra o sistema financeiro nacional.....	107
4.5. Dos crimes em espécie.....	110
4.5.1. Artigo 2º. Títulos irregulares.....	110
4.5.2. Divulgação de falsa informação sobre instituições financeiras .....	113
4.5.3. Gestão Fraudulenta .....	115
4.5.4. Gestão temerária.....	120
4.5.5. Apropriação indébita financeira.....	124
4.5.6. Indução em erro de sócio, investidor ou repartição pública .....	126
4.5.7. Títulos ou valores mobiliários ilegítimos.....	128
4.5.8. Exigência de juros abusivos, em desacordo com a legislação (“extorsão financeira”) .....	130
4.5.9. Fraude de documento de investimento.....	132
4.5.10. Fraude de balanço em instituição financeira.....	133

4.5.11.	Contabilidade paralela .....	134
4.5.12.	Omissão de administradores na apresentação de informação, declarações ou documentos .....	135
4.5.13.	Desvio de bem indisponível em liquidação.....	136
4.5.14.	Falsidade na apresentação de créditos na falência .....	137
4.5.15.	Manifestação falsa de interventor, liquidante ou síndico .....	139
4.5.16.	Operação de instituição financeira sem a devida autorização .....	140
4.5.17.	Empréstimo vedado .....	141
4.5.18.	Violação de sigilo de instituição financeira .....	144
4.5.19.	Fraude em financiamento .....	145
4.5.20.	Aplicação de recursos de financiamento em finalidades diversas das previstas em lei ou contrato .....	146
4.5.21.	Falsidade de identidade em operação de câmbio .....	147
4.5.22.	Evasão de divisas .....	148
4.5.22.1.	Tipo objetivo .....	149
4.6.	Competência dos crimes financeiros .....	151
4.7.	Sigilo de informações financeiras .....	152
4.8.	Prisão preventiva e prisão pós-sentença condenatória .....	155
4.9.	Pena de multa.....	156
	Referências bibliográficas.....	157
<b>CAPÍTULO 5 – CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INDUSTRIAL .....</b>		<b>161</b>
<b>REGINA CIRINO ALVES FERREIRA</b>		
5.1.	Tracejado histórico dos crimes contra a propriedade industrial .....	161
5.2.	Propriedade imaterial e interesse jurídico-penal protegido.....	166
5.3.	Penas e apuração dos crimes contra a propriedade industrial.....	170
5.4.	Crimes contra a propriedade industrial.....	174
5.4.1.	Escorço histórico da tutela das patentes .....	174
5.4.1.1.	Crimes contra patentes e propostas de recrudescimento ...	177
5.4.2.	A tutela dos desenhos industriais.....	184
5.4.2.1.	Crimes contra os desenhos industriais e propostas legislativas.....	185
5.4.3.	Crimes contra as marcas .....	187
5.4.3.1.	Crimes contra as marcas e propostas de reformas.....	190
5.4.4.	Dos crimes cometidos por meio de marca, título de estabelecimento e sinal de propaganda .....	192
5.4.5.	Crimes contra as indicações geográficas e demais indicações e reformas legislativas.....	193
5.4.6.	Causas de aumento nos crimes contra a propriedade industrial .....	195
5.5.	Conflito aparente de normas.....	197

5.5.1.	Importação de mercadoria contrafeita: contrabando e crimes contra a propriedade industrial .....	197
5.5.2.	Crime contra a propriedade industrial e crime de receptação .....	200
5.6.	O princípio da insignificância nos crimes contra a propriedade imaterial .....	202
	Conclusões.....	204
	Referências bibliográficas.....	206
<b>CAPÍTULO 6 – CRIMES CONTRA O MERCADO DE CAPITAIS.....</b>		<b>209</b>
RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA		
	Introdução .....	209
6.1.	A expansão do Direito Penal e a preocupação com os mercados .....	210
6.2.	Direito Penal Econômico e Mercado de Capitais .....	215
6.3.	A questão do bem jurídico protegido .....	220
6.4.	Antecipação de tutela penal, lei penal em branco, acessoriedade administrativa e legitimidade .....	224
6.5.	Dos crimes em espécie.....	231
6.5.1.	Manipulação de mercado .....	232
6.5.1.1.	Objetividade jurídica.....	234
6.5.1.2.	Conduta típica objetiva e subjetiva .....	236
6.5.1.3.	Sujeitos do crime .....	239
6.5.2.	Uso indevido de informação privilegiada .....	239
6.5.2.1.	Objetividade jurídica.....	241
6.5.2.2.	Conduta típica objetiva e subjetiva .....	244
6.5.2.3.	Sujeitos do crime .....	246
6.5.3.	Exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função .....	247
6.5.3.1.	Objetividade jurídica.....	248
6.5.3.2.	Conduta típica objetiva e subjetiva .....	249
6.5.3.3.	Sujeitos do crime .....	251
	Referências bibliográficas.....	251
<b>CAPÍTULO 7 – DIREITO PENAL BANCÁRIO .....</b>		<b>257</b>
RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA		
	Introdução .....	257
7.1.	Peculiaridades do Direito Penal Bancário brasileiro.....	258
7.1.1.	A questão do bem jurídico tutelado .....	260
7.1.2.	Momentos de crise e seu reflexo no Brasil: o caso típico da evasão de divisas .....	262
7.1.3.	Influências econômicas do Direito Penal e novos institutos arrecadatórios.....	264
7.2.	Crises e expansão penal arrecadatória: derivações no Brasil e no mundo.....	267
7.2.1.	A ascensão e a queda do instituto do sigilo bancário .....	269

7.2.2.	O processo de regularização dos valores no estrangeiro na experiência internacional.....	270
7.2.3.	A busca de novo marco normativo: as previsões legais brasileiras sobre regularização de capitais .....	273
7.2.4.	O efeito imprevisto da criação de um novo trilema penal econômico...	276
7.3.	Segurança jurídica e o revisitar de questões passadas .....	278
7.3.1.	A mudança de Governo e a mudança de perspectiva .....	278
7.3.2.	Segurança jurídica, confiança e a coisa julgada .....	280
7.3.3.	O princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> .....	282
	Conclusões.....	285
	Referências bibliográficas.....	286
<b>CAPÍTULO 8 – CRIMES TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS .....</b>		<b>291</b>
<b>MARINA PINHÃO COELHO ARAÚJO</b>		
8.1.	Crimes tributários.....	291
8.1.1.	Introdução.....	291
8.1.2.	Conceito jurídico de tributo .....	293
8.1.3.	Sobre a interação entre a via administrativa e a via penal. Necessidades e patologia.....	294
8.1.4.	O que se pretende proteger com a norma jurídico-penal tributária? ...	300
8.1.5.	Crimes em espécie .....	302
8.1.6.	Sanção penal e aplicação da pena.....	310
8.2.	Dos crimes previdenciários.....	313
8.2.1.	Introdução e objeto da proteção penal.....	313
8.2.2.	Dos crimes em espécie .....	314
8.2.2.1.	Sonegação de contribuição previdenciária .....	315
8.2.3.	Extinção da punibilidade pelo pagamento .....	317
8.2.4.	Pena e sua aplicação .....	318
	Referências bibliográficas.....	318
<b>CAPÍTULO 9 – LEI DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (LEI 12.850/2013).....</b>		<b>321</b>
<b>LUCIANO ANDERSON DE SOUZA</b>		
9.1.	Considerações preliminares .....	321
9.2.	Histórico e contextualização atual .....	322
9.3.	Associação criminosa e organização criminosa.....	324
9.4.	Organização criminosa e lavagem de dinheiro.....	328
9.5.	A Lei 12.694/2012 e sua definição de organização criminosa .....	329
9.6.	A Lei 12.720/2012: “crime de extermínio de seres humanos” .....	330
9.7.	Crime de organização criminosa: análise dogmática.....	331
9.7.1.	Objetividade jurídica .....	332

9.7.2.	Sujeitos do delito .....	332
9.7.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	333
9.7.4.	Consumação e tentativa .....	335
9.7.5.	Figura assemelhada .....	335
9.7.6.	Causas de aumento de pena .....	336
9.7.7.	Agravante genérica .....	337
9.7.8.	Pena e ação penal.....	337
9.7.9.	Investigação e meios de prova .....	338
9.7.9.1.	Colaboração premiada.....	339
9.7.9.2.	Ação controlada .....	344
9.7.9.3.	Infiltração de agentes .....	344
9.7.9.4.	Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações.....	347
9.7.10.	Crimes ocorridos na investigação e na obtenção da prova.....	348
9.7.10.1.	Revelar identidade do colaborador .....	348
9.7.10.2.	Denúnciação caluniosa sobre organização criminosa ....	349
9.7.10.3.	Violação de sigilo das investigações .....	350
9.7.10.4.	Sonegação de informações requisitadas .....	351
9.7.10.5.	Obstrução de ações contra o crime organizado .....	352
9.7.10.6.	Conspiração para obstrução de ações contra o crime organizado .....	354
9.7.11.	Outras consequências trazidas pela Lei Anticrime à Lei de Organização Criminosa.....	355
9.7.11.1.	Liberdade provisória .....	356
9.7.11.2.	Regime disciplinar diferenciado .....	356
9.7.11.3.	Progressão de regime.....	358
9.7.11.4.	Estabelecimento prisional.....	358
9.7.11.5.	Nova figura no rol de crimes hediondos .....	358
	Referências bibliográficas .....	359
<b>CAPÍTULO 10 – CRIMES DE LICITAÇÃO .....</b>		<b>361</b>
JOÃO PAULO MARTINELLI		
10.1.	Conceito e finalidades da licitação .....	361
10.2.	Princípios que regem a licitação.....	362
10.3.	Obrigatoriedade da licitação .....	364
10.4.	Situações em que a licitação não é obrigatória .....	364
10.4.1.	Licitação dispensada.....	365
10.4.2.	Licitação dispensável .....	365
10.4.3.	Licitação inexigível.....	366
10.5.	Lei Anticorrupção e Estatuto das Estatais .....	366
10.6.	Crimes de licitação no Código Penal.....	367

10.6.1.	A questão do bem jurídico.....	367
10.6.2.	O contexto administrativo da licitação.....	370
10.6.3.	Improbidade administrativa.....	371
10.6.4.	Crimes em espécie.....	372
10.6.5.	Pena de multa.....	400
10.7.	Sujeito ativo nos crimes de licitação.....	400
10.8.	Efeitos da condenação na Lei de Licitações.....	402
10.9.	Competência.....	403
	Referências bibliográficas.....	404
<b>CAPÍTULO 11 – CRIMES AMBIENTAIS.....</b>		<b>407</b>
<b>JOSÉ PAULO MICHELETTO NAVES</b>		
	Introdução.....	407
11.1.	Breve exposição sobre o debate da legitimidade dos crimes ambientais.....	407
11.1.1.	Os crimes ambientais como integrantes do Direito Penal econômico?.....	409
11.2.	O bem jurídico nos crimes ambientais.....	410
11.2.1.	O bem jurídico tutelado pelos crimes ambientais.....	410
11.2.2.	Delitos de acumulação.....	412
11.2.3.	A incidência do princípio da insignificância nos crimes ambientais... ..	415
11.3.	A construção típica dos crimes ambientais.....	419
11.3.1.	A sociedade contemporânea e a antecipação da tutela penal.....	419
11.3.2.	Os crimes de perigo e a administrativização do Direito Penal nos crimes ambientais.....	421
11.3.3.	Do excessivo emprego das remissões normativas nos tipos ambientais: assessoriedade administrativa.....	423
11.3.4.	A administrativização do Direito Penal, o seu uso de forma simbólica e o <i>bis in idem</i> entre as sanções penais e administrativas.....	428
11.4.	Imputação nos crimes ambientais – Art. 2º da Lei 9.605/1998.....	432
11.5.	A aplicação da pena para as pessoas físicas nos crimes ambientais.....	434
11.6.	A particular questão da responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	438
11.6.1.	Justificativas e críticas sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	438
11.6.2.	Modelos de responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	440
11.6.3.	A responsabilidade penal da pessoa jurídica no ordenamento jurídico brasileiro e o desdobramento jurisprudencial.....	442
11.6.4.	A grave problemática envolvendo a aplicação da pena para as pessoas jurídicas.....	445
11.6.5.	A ausência de disciplina processual penal a respeito das pessoas jurídicas.....	447

11.7.	Lei 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) .....	450
11.7.1.	Crimes contra a fauna (Seção I) .....	450
11.7.1.1.	Caçar animais silvestres (Art. 29) .....	452
11.7.1.2.	Maus tratos a animais (Art. 32) .....	456
11.7.1.3.	Emissão de efluentes (Art. 33) .....	458
11.7.1.4.	Pesca (Arts. 34 e 35) .....	459
11.7.2.	Crimes contra a flora (Seção II) .....	464
11.7.2.1.	Destruir ou danificar floresta de preservação permanente (Art. 38) .....	465
11.7.2.2.	Cortar árvores em floresta de preservação permanente (Art. 39) .....	468
11.7.2.3.	Destruir ou danificar vegetação do Bioma Mata Atlântica (Art. 38-A) .....	469
11.7.2.4.	Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação (Arts. 40 e 40-A) .....	471
11.7.2.5.	Cortar madeira de lei (Art. 45) .....	475
11.7.2.6.	Impedir ou dificultar a regeneração de vegetação (Art. 48) .....	476
11.7.3.	Crimes de Poluição e outros crimes ambientais (Seção III) .....	478
11.7.3.1.	Poluição (Art. 54) .....	479
11.7.3.2.	Execução de pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais (Art. 55) .....	487
11.7.3.3.	Manuseio de produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva (Art. 56) .....	489
11.7.3.4.	Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores (Art. 60) .....	493
11.7.4.	Crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural (Seção IV) .....	498
11.7.4.1.	Crimes relacionados à ofensa a bens, a edificações ou locais protegidos por lei, ato administrativo ou decisão judicial e ao solo não edificável (Arts. 62, 63 e 64) .....	499
11.7.4.2.	Pichação (Art. 65) .....	502
11.7.5.	Crimes contra a administração ambiental (Seção V) .....	503
11.7.5.1.	Falsidade do funcionário público em procedimento de autorização ou licenciamento ambiental; concessão pelo funcionário público de licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais; descumprimento obrigação de relevante interesse ambiental; dificultar a ação fiscalizadora (Arts. 66, 67, 68 e 69) .....	504
11.7.5.2.	Elaboração de procedimento administrativo falso ou enganoso (Art. 69-A) .....	506
11.8.	Lei 14.785/2023 (Lei de Agrotóxicos) .....	508
	Referências bibliográficas .....	511

<b>CAPÍTULO 12 – CRIMES CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO.....</b>	<b>517</b>
<b>JOSÉ PAULO MICHELETTO NAVES</b>	
Introdução .....	517
<b>12.1.</b> As mudanças de paradigma e a tutela do consumidor.....	<b>518</b>
<b>12.2.</b> Vulnerabilidade do consumidor.....	<b>519</b>
<b>12.3.</b> Da proteção constitucional ao consumidor .....	<b>521</b>
<b>12.3.1.</b> Sobre as previsões vigentes na Constituição Federal brasileira .....	<b>521</b>
<b>12.3.2.</b> Sobre a existência e possibilidade de mandados de criminalização na Constituição Federal.....	<b>523</b>
<b>12.4.</b> Os contornos do bem jurídico e a legitimidade da intervenção do direito penal dos crimes contra as relações de consumo.....	<b>524</b>
<b>12.4.1.</b> As relações de consumo como bem jurídico penal .....	<b>524</b>
<b>12.4.2.</b> Os crimes contra as relações de consumo como componentes do Direito Penal Econômico .....	<b>528</b>
<b>12.4.3.</b> Sobre a legitimidade da intervenção penal na tutela das relações de consumo .....	<b>530</b>
<b>12.5.</b> A relação jurídica de consumo .....	<b>535</b>
<b>12.5.1.</b> Os sujeitos da relação de consumo .....	<b>536</b>
<b>12.5.1.1.</b> Conceito de fornecedor.....	<b>536</b>
<b>12.5.1.2.</b> Conceito de consumidor .....	<b>537</b>
<b>12.5.1.2.1.</b> Consumidor <i>stricto sensu</i> (art. 2º, <i>caput</i> , CDC) .....	<b>537</b>
<b>12.5.1.2.2.</b> Consumidor equiparado.....	<b>539</b>
<b>12.5.2.</b> O objeto da relação de consumo: produtos e serviços.....	<b>541</b>
Crimes em espécie.....	<b>542</b>
<b>12.6.</b> Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).....	<b>545</b>
<b>12.6.1.</b> Art. 63 – Omissão de informações quanto à nocividade ou periculosi- dade ao consumidor .....	<b>545</b>
<b>12.6.1.1.</b> Bem jurídico tutelado .....	<b>545</b>
<b>12.6.1.2.</b> Sujeitos ativo e passivo .....	<b>546</b>
<b>12.6.1.3.</b> Tipicidade objetiva.....	<b>546</b>
<b>12.6.1.4.</b> Tipicidade subjetiva .....	<b>549</b>
<b>12.6.1.5.</b> Consumação e tentativa .....	<b>549</b>
<b>12.6.1.6.</b> Figura equiparada .....	<b>550</b>
<b>12.6.1.7.</b> Conflito aparente de normas .....	<b>550</b>
<b>12.6.1.8.</b> Pena, ação penal e competência .....	<b>552</b>
<b>12.6.2.</b> Art. 64 – Deixar de comunicar a nocividade ou periculosidade de produto.....	<b>553</b>
<b>12.6.2.1.</b> Bem jurídico tutelado .....	<b>553</b>
<b>12.6.2.2.</b> Sujeitos ativo e passivo .....	<b>554</b>
<b>12.6.2.3.</b> Tipicidade objetiva.....	<b>554</b>
<b>12.6.2.4.</b> Tipicidade subjetiva .....	<b>557</b>

12.6.2.5.	Consumação e tentativa .....	558
12.6.2.6.	Figura equiparada .....	558
12.6.2.7.	Conflito aparente de normas .....	559
12.6.2.8.	Pena, ação penal e competência .....	560
12.6.3.	Art. 65 – Execução de serviço altamente perigoso em desacordo com determinações de autoridade .....	560
12.6.3.1.	Bem jurídico tutelado .....	561
12.6.3.2.	Sujeitos ativo e passivo .....	561
12.6.3.3.	Tipicidade objetiva .....	562
12.6.3.4.	Tipicidade subjetiva .....	564
12.6.3.5.	Consumação e tentativa .....	564
12.6.3.6.	Figura equiparada (§ 2º).....	565
12.6.3.7.	Conflito aparente de normas (§ 1º).....	565
12.6.3.8.	Da ilegitimidade do tipo penal.....	566
12.6.3.9.	Pena, ação penal e competência .....	567
12.6.4.	Art. 66 – Oferta falsa ou enganosa .....	567
12.6.4.1.	Considerações iniciais .....	567
12.6.4.2.	Bem jurídico tutelado .....	568
12.6.4.3.	Sujeitos ativo e passivo .....	569
12.6.4.4.	Tipicidade objetiva .....	569
12.6.4.5.	Tipicidade subjetiva .....	571
12.6.4.6.	Consumação e tentativa .....	571
12.6.4.7.	Figura equiparada .....	572
12.6.4.8.	Conflito aparente de normas .....	572
12.6.4.9.	Pena, ação penal e competência .....	574
12.6.5.	Art. 67 – Publicidade enganosa ou abusiva .....	574
12.6.5.1.	Considerações iniciais .....	575
12.6.5.2.	Bem jurídico tutelado .....	576
12.6.5.3.	Sujeitos ativo e passivo .....	577
12.6.5.4.	Tipicidade objetiva .....	579
12.6.5.5.	Tipicidade subjetiva .....	581
12.6.5.6.	Consumação e tentativa .....	582
12.6.5.7.	Conflito aparente de normas .....	583
12.6.5.8.	Pena, ação penal e competência .....	584
12.6.6.	Art. 68 – Publicidade prejudicial à saúde ou à segurança .....	584
12.6.6.1.	Considerações iniciais .....	584
12.6.6.2.	Bem jurídico tutelado .....	584
12.6.6.3.	Sujeitos ativo e passivo .....	585
12.6.6.4.	Tipicidade objetiva .....	585
12.6.6.5.	Tipicidade subjetiva .....	587
12.6.6.6.	Consumação e tentativa .....	587

	12.6.6.7.	Conflito aparente de normas .....	588
	12.6.6.8.	Da ilegitimidade do tipo penal.....	588
	12.6.6.9.	Pena, ação penal e competência .....	588
12.6.7.	Art. 69 – Desorganização de dados publicitários .....		589
	12.6.7.1.	Considerações iniciais .....	589
	12.6.7.2.	Bem jurídico tutelado .....	589
	12.6.7.3.	Sujeitos ativo e passivo .....	590
	12.6.7.4.	Tipicidade objetiva.....	591
	12.6.7.5.	Tipicidade subjetiva .....	592
	12.6.7.6.	Consumação e tentativa .....	592
	12.6.7.7.	Da ilegitimidade do tipo penal.....	593
	12.6.7.8.	Pena, ação penal e competência .....	594
12.6.8.	Art. 70 – Emprego de peças usadas sem autorização do consumidor.....		594
	12.6.8.1.	Considerações iniciais .....	594
	12.6.8.2.	Bem jurídico tutelado .....	594
	12.6.8.3.	Sujeitos ativo e passivo.....	595
	12.6.8.4.	Tipicidade objetiva.....	595
	12.6.8.5.	Tipicidade subjetiva .....	597
	12.6.8.6.	Consumação e tentativa .....	597
	12.6.8.7.	Conflito aparente de normas .....	597
	12.6.8.8.	Da ilegitimidade do tipo penal.....	598
	12.6.8.9.	Pena, ação penal e competência .....	598
12.6.9.	Art. 71 – Cobrança abusiva .....		598
	12.6.9.1.	Considerações iniciais e ilegitimidade do tipo penal.....	599
	12.6.9.2.	Bem jurídico tutelado .....	599
	12.6.9.3.	Sujeitos ativo e passivo .....	600
	12.6.9.4.	Tipicidade objetiva.....	600
	12.6.9.5.	Tipicidade subjetiva .....	603
	12.6.9.6.	Consumação e tentativa .....	603
	12.6.9.7.	Conflito aparente de normas .....	604
	12.6.9.8.	Pena, ação penal e competência .....	605
12.6.10.	Art. 72 – Impedir ou dificultar o acesso às informações de consumo .....		605
	12.6.10.1.	Considerações iniciais e ilegitimidade do tipo penal.....	605
	12.6.10.2.	Bem jurídico tutelado .....	606
	12.6.10.3.	Sujeitos ativo e passivo .....	607
	12.6.10.4.	Tipicidade objetiva.....	607
	12.6.10.5.	Tipicidade subjetiva .....	608
	12.6.10.6.	Consumação e tentativa .....	608
	12.6.10.7.	Conflito aparente de normas .....	608
	12.6.10.8.	Pena, ação penal e competência .....	608

12.6.11.	Art. 73 – Não correção de informações do consumidor .....	609
12.6.11.1.	Considerações iniciais e ilegitimidade do tipo penal.....	609
12.6.11.2.	Bem jurídico tutelado .....	609
12.6.11.3.	Sujeitos ativo e passivo .....	610
12.6.11.4.	Tipicidade objetiva .....	610
12.6.11.5.	Tipicidade subjetiva .....	611
12.6.11.6.	Consumação e tentativa .....	611
12.6.11.7.	Conflito aparente de normas .....	611
12.6.11.8.	Pena, ação penal e competência .....	612
12.6.12.	Art. 74 – Omissão na entrega de termo de garantia .....	612
12.6.12.1.	Considerações iniciais .....	612
12.6.12.2.	Bem jurídico tutelado e ilegitimidade do art. 74 do CDC...	613
12.6.12.3.	Sujeitos ativo e passivo .....	614
12.6.12.4.	Tipicidade objetiva .....	614
12.6.12.5.	Tipicidade subjetiva .....	614
12.6.12.6.	Consumação e tentativa .....	614
12.6.12.7.	Pena, ação penal e competência .....	615
12.6.13.	Art. 75 – Do concurso de pessoas .....	615
12.6.14.	Art. 76 – Circunstâncias agravantes específicas dos crimes previstos no CDC .....	616
12.6.14.1.	Grave crise econômica ou calamidade (art. 76, inc. I, CDC).....	617
12.6.14.2.	Grave dano individual ou coletivo (art. 76, inc. II, CDC) .....	618
12.6.14.3.	Dissimulação da natureza ilícita (art. 76, inc. III, CDC).....	618
12.6.14.4.	Quando cometido por servidor público ou com pessoa com condição econômico-social manifestamente superior (art. 76, inc. IV, “a”, CDC) .....	619
12.6.14.5.	Quando a vítima é operária, rurícola, menor de 18 anos, maior de 60 anos, ou “pessoa portadora de deficiência mental” (art. 76, inc. IV, “b”, CDC) .....	619
12.6.14.6.	Operações envolvendo produtos ou serviços essenciais (art. 76, inc. V, CDC) .....	620
12.6.15.	Art. 77 – Da pena de multa nos crimes previstos no CDC .....	620
12.6.16.	Art. 78 – Das penas restritivas de direito.....	621
12.6.17.	Art. 79 – Da fiança .....	623
12.6.18.	Art. 80 – Assistência de acusação e ação penal privada subsidiária da pública .....	625
12.7.	Lei 8.137/1990 .....	626
12.7.1.	Art. 7º, inc. I – Favorecimento, sem justa causa, de comprador ou freguês.....	626
12.7.1.1.	Bem jurídico tutelado .....	626
12.7.1.2.	Sujeitos ativo e passivo .....	626

	12.7.1.3.	Tipicidade objetiva.....	627
	12.7.1.4.	Tipicidade subjetiva.....	629
	12.7.1.5.	Consumação e tentativa.....	629
	12.7.1.6.	Conflito aparente de normas.....	630
12.7.2.	Art. 7º, inc. II – Venda de mercadoria em desacordo com as especificações oficiais.....		631
	12.7.2.1.	Bem jurídico tutelado.....	631
	12.7.2.2.	Sujeitos ativo e passivo.....	631
	12.7.2.3.	Tipicidade objetiva.....	632
	12.7.2.4.	Tipicidade subjetiva.....	634
	12.7.2.5.	Consumação e tentativa.....	634
	12.7.2.6.	Conflito aparente de normas.....	635
12.7.3.	Art. 7º, inc. III – Mistura fraudulenta de gêneros e mercadorias.....		636
	12.7.3.1.	Bem jurídico tutelado.....	637
	12.7.3.2.	Sujeitos ativo e passivo.....	637
	12.7.3.3.	Tipicidade objetiva.....	637
	12.7.3.4.	Tipicidade subjetiva.....	638
	12.7.3.5.	Consumação e tentativa.....	639
	12.7.3.6.	Conflito aparente de normas.....	639
12.7.4.	Art. 7º, inc. IV – Fraude de preços.....		640
	12.7.4.1.	Bem jurídico tutelado.....	641
	12.7.4.2.	Sujeitos ativo e passivo.....	641
	12.7.4.3.	Tipicidade objetiva.....	641
	12.7.4.4.	Tipicidade subjetiva.....	643
	12.7.4.5.	Consumação e tentativa.....	643
	12.7.4.6.	Conflito aparente de normas.....	644
12.7.5.	Art. 7º, inc. V – Cobrança ilegal de juros ou comissão.....		644
	12.7.5.1.	Bem jurídico tutelado.....	645
	12.7.5.2.	Sujeitos ativo e passivo.....	645
	12.7.5.3.	Tipicidade objetiva e inconstitucionalidade por ofensa à taxatividade.....	645
	12.7.5.4.	Tipicidade subjetiva.....	647
	12.7.5.5.	Consumação e tentativa.....	647
	12.7.5.6.	Conflito aparente de normas.....	647
12.7.6.	Art. 7º, inc. VI – Sonegação ou retenção de insumos ou bens para especulação.....		648
	12.7.6.1.	Bem jurídico tutelado.....	648
	12.7.6.2.	Sujeitos ativo e passivo.....	648
	12.7.6.3.	Tipicidade objetiva.....	649
	12.7.6.4.	Tipicidade subjetiva.....	650
	12.7.6.5.	Consumação e tentativa.....	651
	12.7.6.6.	Conflito aparente de normas.....	651

12.7.7.	Art. 7º, inc. VII – Indução a erro do consumidor.....	652
12.7.7.1.	Bem jurídico tutelado .....	652
12.7.7.2.	Sujeitos ativo e passivo .....	652
12.7.7.3.	Tipicidade objetiva .....	653
12.7.7.4.	Tipicidade subjetiva .....	655
12.7.7.5.	Consumação e tentativa .....	655
12.7.7.6.	Conflito aparente de normas .....	656
12.7.8.	Art. 7º, inc. VIII – Destruição de matéria-prima ou mercadoria buscando a alta de preço .....	657
12.7.8.1.	Bem jurídico tutelado .....	657
12.7.8.2.	Sujeitos ativo e passivo .....	657
12.7.8.3.	Tipicidade objetiva .....	658
12.7.8.4.	Tipicidade subjetiva .....	658
12.7.8.5.	Consumação e tentativa .....	658
12.7.8.6.	Conflito aparente de normas .....	659
12.7.9.	Art. 7º, inc. IX – Matéria-prima ou mercadoria imprópria para o consumo.....	659
12.7.9.1.	Considerações iniciais .....	659
12.7.9.2.	Bem jurídico tutelado .....	660
12.7.9.3.	Sujeitos ativo e passivo .....	660
12.7.9.4.	Tipicidade objetiva .....	661
12.7.9.5.	Tipicidade subjetiva .....	667
12.7.9.6.	Consumação e tentativa .....	667
12.7.9.7.	Conflito aparente de normas .....	668
12.7.9.8.	Competência .....	668
12.7.10.	Pena e a ação penal dos crimes previstos no art. 7º da Lei 8.137/1990.....	669
12.7.11.	Art. 11 – Do concurso de pessoas .....	671
12.7.12.	Art. 12 – Circunstâncias agravantes.....	672
12.7.12.1.	Ocasionar grave dano à coletividade (inc. I) .....	672
12.7.12.2.	Cometido por servidor público no exercício de suas funções (inc. II).....	673
12.7.12.3.	Praticado no âmbito de prestação de serviços ou do comércio de bens essenciais à vida ou à saúde (inc. III) ..	673
	Referências bibliográficas.....	673
CAPÍTULO 13 – CRIMES FALIMENTARES (LEI 11.101/05).....		679
GLAUTER DEL NERO		
13.1.	Considerações iniciais.....	679
13.2.	Bem jurídico tutelado.....	680
13.3.	Aspectos gerais.....	683

13.4.	Condição objetiva de punibilidade – Artigo 180 da Lei nº 11.101/05 .....	692
13.5.	Crimes em espécie .....	694
13.5.1.	Fraude a credores .....	694
13.5.2.	Violação de sigilo empresarial .....	698
13.5.3.	Divulgação de informações falsas .....	699
13.5.4.	Indução a erro.....	700
13.5.5.	Favorecimento de credores.....	701
13.5.6.	Desvio, ocultação ou apropriação de bens.....	702
13.5.7.	Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens.....	704
13.5.8.	Habilitação ilegal de crédito .....	705
13.5.9.	Exercício ilegal de atividade.....	706
13.5.10.	Violação de impedimento .....	707
13.5.11.	Omissão dos documentos contábeis obrigatórios .....	708
	Referências bibliográficas .....	710
<b>CAPÍTULO 14 – LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI 9.613/1998) .....</b>		<b>713</b>
<b>LUIZA BORGES-TERRA</b>		
14.1.	Considerações iniciais .....	713
14.2.	Breves considerações sobre a normativa internacional em lavagem de dinheiro .....	714
a.	Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (Viena/1988) .....	715
b.	A relevante atuação do GAFI .....	718
14.3.	O delito de lavagem de dinheiro .....	721
a.	A construção do tipo penal de Lavagem de Dinheiro e as principais alterações legislativas .....	722
b.	O bem jurídico tutelado no delito de lavagem de dinheiro .....	724
1.	Mesmo bem jurídico do delito antecedente como bem jurídico tutelado.....	726
2.	Administração de Justiça como bem jurídico tutelado .....	728
3.	A ordem socioeconômica como bem jurídico tutelado .....	730
4.	A pluriofensividade do delito de lavagem de dinheiro .....	731
5.	Considerações finais sobre o bem jurídico tutelado pelo delito de lavagem de dinheiro.....	732
c.	Tipicidade objetiva do artigo 1º, <i>caput</i> , da Lei 9.613/1998.....	735
1.	Sujeito ativo.....	735
2.	Sujeito passivo .....	737
3.	Objeto material .....	737
a.	Definição do objeto material .....	738
b.	A relação dos bens com o delito antecedente.....	738
c.	A admissão da lavagem substitutiva.....	739

d.	A possibilidade da lavagem em cadeia.....	740
e.	A prova da infração antecedente.....	740
4.	Condutas típicas do artigo 1º, <i>caput</i> , da Lei 9.613/1998 .....	741
d.	Tipicidade subjetiva do artigo 1º, <i>caput</i> , da Lei 9.613/1998 .....	744
e.	Tipicidade objetiva do artigo 1º, § 1º, da Lei 9.613/1998, uma especial referência à conduta típica .....	746
f.	A tipicidade subjetiva do artigo 1º, § 1º, da Lei 9.613/1998 .....	748
<b>14.4.</b>	Dos efeitos da condenação.....	748
a.	Hipóteses de inaplicabilidade do disposto no art. 7º da Lei 9.613/1998....	749
1.	Culpabilidade e sentença absolutória imprópria .....	749
2.	Extinção da punibilidade .....	749
3.	Acordo de não persecução penal .....	749
b.	Os efeitos da condenação específicos da lavagem (art. 7º da Lei 9.613/1998).....	750
<b>14.5.</b>	Principais aspectos processuais do delito de lavagem de dinheiro.....	751
a.	Do procedimento aplicável.....	751
b.	Da competência.....	752
c.	Da admissão de ação controlada e infiltração de agentes.....	753
	Referências bibliográficas.....	754
<b>CAPÍTULO 15 – CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR (LEI 1.521/51).....</b>		<b>763</b>
<b>THIAGO BALDANI GOMES DE FILIPPO</b>		
<b>15.1.</b>	Panorama histórico da tutela penal da economia popular.....	<b>763</b>
<b>15.2.</b>	A economia popular enquanto bem jurídico-penal .....	<b>766</b>
<b>15.3.</b>	Da proteção ao dirigismo: manifestações pontuais do paternalismo penal no âmbito da Lei nº 1.521/51 .....	<b>770</b>
<b>15.4.</b>	Crimes em espécie .....	<b>773</b>
<b>15.4.1.</b>	Art. 2º da Lei nº 1.521/51 .....	<b>774</b>
<b>15.4.2.</b>	Art. 3º da Lei nº 1.521/51 .....	<b>781</b>
<b>15.4.3.</b>	Art. 4º da Lei nº 1.521/51 .....	<b>786</b>
<b>15.5.</b>	Questões processuais .....	<b>790</b>
	Referências bibliográficas.....	<b>793</b>